

Quem disse ?

«Agora já sou outra vez um espectro, como há dez anos, quando fiz uma coligação em Lisboa. Sou a cabeça de um entendimento perigosíssimo (...) Isso já acabou, meus amigos. Ninguém tem medo de coisa alguma. Eu sou só eu, sou o Jorge Sampaio»

Jorge Sampaio
Setúbal, 8 de Janeiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1091 • 11 JANEIRO 2001 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Jorge Coelho homenageia Forças Armadas e de segurança

Durão Barroso irresponsável sobre Kosovo

O Secretariado Nacional do Partido Socialista esteve reunido no passada terça-feira, tendo saído uma posição unânime a favor das decisões do Governo sobre a polémica em torno da alegada contaminação de soldados portugueses com urânio empobrecido em consequência dos bombardeamentos da NATO no Kosovo.

De acordo com o secretário-coordenador do partido, camarada Jorge Coelho, o líder socialista, António Guterres, deu uma explicação detalhada sobre todos os aspectos que têm conexão com o caso do urânio empobrecido e seu relacionamento com as Forças Armadas e com as forças de segurança que estiveram e estão nos Balcãs. «A ideia central do Governo é garantir sempre tudo o que tem a ver com a vida e com a saúde dos portugueses que participaram nas missões de paz», evidenciou Jorge Coelho. Depois, destacou a importância que a comunidade internacional está a dar ao facto de Portugal ser o país pioneiro a fazer medições de radioactividade e a proceder a rastreios a todos os militares e agentes de forças de segurança que passaram pela Bósnia e pelo Kosovo. «É preciso saber toda a verdade», justificou o secretário-coordenador do Partido Socialista, que se congratulou com a decisão do Conselho de Segurança e de Defesa Nacional, assumida na segunda-feira e aprovada por unanimidade, de permitir que Portugal continue a assumir os seus compromissos internacionais nos Balcãs.

No entanto, Jorge Coelho lamentou «as posições irresponsáveis tomadas por Durão Barroso», que defendeu a ideia de Portugal não enviar mais soldados para os Balcãs. «Presto homenagem à serenidade das Forças Armadas e das forças de segurança, que estão a dar uma lição a políticos que deveriam ter mais e maior sentido de Estado», declarou Jorge Coelho.

Jorge Sampaio

POR TODOS NÓS



Jorge Sampaio não poupou Cavaco Silva e outros dirigentes da direita portuguesa que estão a procurar desvalorizar as eleições para a Presidência da República no próximo domingo, tentando fomentar a abstenção dos portugueses. O candidato presidencial do Partido Socialista não hesitou em apontar que, no domingo, Cavaco Silva e Freitas do Amaral terão falta de comparência, mas sublinhou a estima pessoal que tem pelos seus adversários. Continuando a fazer uma campanha com base em valores, Jorge Sampaio definiu a liberdade e a equidade como os grandes desafios do século XXI para a sociedade portuguesa. Esta semana, numa sessão em que esteve presente o secretário-geral do PS, António Guterres, Sampaio apresentou a sua Comissão de Honra, que conta com cerca de 1600 personalidades nacionais das mais variadas áreas profissionais.

VOTA



Kosovo

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), «parece não existir» uma relação entre a leucemia e o urânio empobrecido. Para Mike Repacholi, coordenador de saúde ambiental da OMS de um ponto de vista científico, «não parece que a leucemia possa ser causada pela exposição ao urânio empobrecido» empregue pela NATO nos Balcãs.

No entanto, esta organização mundial garante não ter informações suficientes para avançar com conclusões sobre os soldados enviados para os Balcãs, razão pela qual está actualmente a fazer um estudo sobre os efeitos do urânio empobrecido na saúde, que só estará pronto no próximo mês, no qual o problema é abordado de um ponto de vista meramente científico e não centrado no seu uso militar.

O fundamental é que se apure toda a verdade sobre a polémica da eventual contaminação de militares portugueses (e não só) com urânio empobrecido na sequência dos bombardeamentos da NATO no Kosovo e nos Balcãs, porque o pior que se pode fazer é tratar com leviandade temas tão específicos quanto este. «Especula-se muito, e enquanto não surgir um relatório dos especialistas, tudo não passa de especulação» por isso é de uma enorme irresponsabilidade «jogar com os sentimentos, as preocupações e o sofrimento das pessoas fazendo demagogia política».

O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) ao aprovar por unanimidade, esta segunda-feira, um parecer favorável ao prosseguimento das missões de paz nos Balcãs está a agir com um elevado sentido de Estado e de responsabilidade, considerou o primeiro-ministro, António Guterres, aproveitando para criticar a «precipitada» sugestão de Durão Barroso de parar com o envio de tropas para a região lembrando e bem que «missões de paz não se abandonam».

António Guterres fez questão de frisar que o Governo está extremamente empenhado em apurar toda a verdade sobre esta polémica, até porque segundo informação relevante recebida da NATO, o risco era «globalmente negligenciável». Confiando no sentido de responsabilidade das Forças Armadas relativamente a esta matéria, o chefe do Governo considera que elas «saberão assumir sempre as suas missões com a consciência com que até agora sempre se defenderam, de uma forma impecável, o prestígio de Portugal e os direitos dos povos amigos».



ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS SOCIALISTAS

O «Acção Socialista» de 13 de Janeiro de 1983 inseria um suplemento destacável sobre um encontro nacional de autarcas socialistas, que contou com a participação de mil camaradas.

O líder do PS, Mário Soares, na abertura dos trabalhos, reafirmou que «não há verdadeira democracia sem poder local democrático».

Na intervenção em que definiu as grandes linhas da estratégia autárquica do PS, o camarada Mário Soares sublinhou que «o PS está deseioso de poder implementar, a sério, em Portugal, uma verdadeira descentralização».

Destaque ainda nesta edição para a publicação do texto integral do comunicado da Comissão Nacional do PS, no qual era exigida a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas, como imperativo democrático face à completa «dilaceração» e «esgotamento» da AD.

J. C. CASTELO BRANCO

13 de Janeiro

Quem disse?

«Homenagear o 25 de Abril é imperativo democrático e ético»

Salgado Zenha



Açores

Até 2004: Governo Regional investe 210 milhões

O subsecretário regional adjunto da Presidência, Francisco Coelho, anunciou, no dia 9, em Ponta Delgada, que a Administração Regional vai investir nos próximos quatro anos nos Açores cerca de 210 milhões de contos (1.050 milhões de euros).

Segundo Francisco Coelho, esse montante consta do projecto de Plano de Médio Prazo (PMP) da região para 2001/2004, debatido no conselho do Governo Regional realizado em Ponta Delgada.

Segundo referiu, o primeiro plano anual incluído no PMP, respeitante ao ano em curso, prevê investimentos nas ilhas de cerca de 52 milhões de contos (260 milhões de euros).

O Executivo regional aprovou, por outro lado, uma resolução que cria uma comissão para o estudo da problemática da revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

O gabinete do camarada Carlos César decidiu também atribuir um financiamento adicional de 160 mil contos (800 mil euros) para a conclusão das



obras de construção de um Centro Ocupacional e Lar de Apoio da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores.

Desemprego em Dezembro

Número de inscritos no IEFP caiu 4,5 por cento

O número de desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) caiu 4,5 por cento, para 327.434 pessoas, em Dezembro, segundo informações do Ministério do Trabalho.

Este é o 48º mês consecutivo em que se regista uma diminuição do número de inscritos nos centros de emprego do IEFP. Face a Novembro, o número de inscritos nos centros de emprego caiu 0,7 por cento. O mês de Dezembro foi caracterizado por

uma redução de cerca de 30 por cento na procura, provocada pela criação de soluções específicas, em Novembro, para os professores inscritos nos centros de emprego, segundo a mesma fonte.

A redução do número de inscritos deve-se, essencialmente, à baixa de 11 por cento no número de jovens desempregados e à quebra de 6,7 por cento no número de desempregados de longa duração.

O número de inscritos caiu em todas as regiões do País.

Cooperação

Mais professores portugueses para a Guiné-Bissau

O Governo do PS prossegue a sua política de cooperação junto dos países africanos de língua portuguesa.

Assim, neste âmbito, 11 portugueses vão partir brevemente para a Guiné-Bissau. Os docentes assinaram, no passado dia 8, os contratos, no decurso de uma

cerimónia realizada no Ministério da Educação, que foi presidida por Augusto Santos Silva.

Segundo o ministro da Educação, o aprofundamento do processo de alfabetização é um vínculo absolutamente indispensável entre Portugal e África.

Internet vai controlar receitas médicas

Manuela Arcanjo continua a tomar medidas de forma a racionalizar o Serviço Nacional de Saúde.

Assim, o Ministério da Saúde, através do Infarmed, vai usar a Internet para controlar as receitas médicas.

Segundo o presidente daquele instituto, será introduzida «a prescrição "on-line"», um

sistema de suporte electrónico que proporcionará a monitorização de toda a prescrição do País e ao dia».

Este sistema permitirá avaliar de forma sistemática o que se está a passar.

Recorde-se que os gastos com medicamentos preocupantes atingem níveis preocupantes, havendo muito desperdício.

KOSOVO E BÓSNIA

Polémica do urânio empobrecido

GOVERNO QUER APURAR TODA A VERDADE

O primeiro-ministro fez questão de frisar que o Governo está empenhado em apurar toda a verdade sobre a polémica da eventual contaminação de soldados portugueses com urânio empobrecido na sequência dos bombardeamentos da NATO no Kosovo e nos Balcãs. No entanto, o chefe do Governo também lamentou a demagogia do presidente do PSD, alegando que Portugal tem compromissos internacionais nas missões de paz nos Balcãs. António Guterres pediu sentido de responsabilidade e prometeu que o Governo dará todo o acompanhamento aos soldados que estiveram nesta região. Fez ainda questão de salientar que tem existido total articulação entre o primeiro-ministro e o Presidente da República nesta questão.



O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) deu segunda-feira um parecer favorável ao prosseguimento das missões de paz nos Balcãs. A decisão foi tomada por unanimidade e ficou agendada uma reunião para dentro de 10 dias, por proposta do chefe de Estado, Jorge Sampaio. O contingente de militares que parte este mês para a Bósnia irá ser dotado com «equipamentos de deteção e protecção nuclear, biológica e química em número suficiente para o desempenho de missões que hipoteticamente se revistam de qualquer risco» daquela natureza. No final da reunião, o primeiro-ministro prestou declarações, frisando ser «inteiramente falso» que o Governo ocultou informação relevante recebida da NATO para a protecção da segurança dos militares portugueses. Segundo as informações da NATO, o risco era «globalmente negligenciável», enfatizou António Guterres, ladeado pelos ministros da Defesa e da Administração Interna. O primeiro-ministro adiantou que o Parlamento está informado sobre aqueles dados fornecidos pela NATO.

No sábado, o primeiro-ministro solidarizou-se com as famílias dos que serviram ou que vão servir nos Balcãs e reafirmou o seu empenhamento pessoal no apuramento de toda a verdade, mas considerou «precipitada» a sugestão de Durão Barroso de parar com o envio de elementos para a região. Na sua opinião, «qualquer posição precipitada desse tipo, neste momento», não se justifica e podia ser contrária aos interesses de Portugal, pelo que «é preciso ter um grande sentido de Estado e de responsabilidade».

«Aquilo que eu disse sexta-feira, em Setúbal, e que quero repetir, até porque



essa frase foi distorcida, foi que chegou o momento de não confiarmos apenas nos relatórios da NATO, chegou o momento de nós próprios fazermos as nossas verificações», afirmou o secretário-geral do PS, antes de deixar a seguinte mensagem: «Vamos trabalhar, na NATO e dentro do país, e vamos pedir às pessoas também um sentido de responsabilidade, a serenidade possível», disse ainda, ao mesmo tempo que reiterava o empenhamento do Governo «no apuramento da verdade. Continuamos o nosso programa de acção», afirmou o primeiro-ministro, que respondia a perguntas dos repórteres pouco depois de receber na Residência de São Bento grupos de Cantares das Janeiras oriundos de várias regiões.

Manifestando-se convicto do empenhamento e sentido de responsabilidade das Forças Armadas relativamente a esta matéria, o chefe do Governo considerou que elas «saberão assumir sempre as suas missões com a consciência com que até agora sempre defenderam, de uma forma impecável, o prestígio de Portugal e os direitos de povos amigos, como é o caso especial de Timor-Leste».

Essencial conhecer a verdade

Interrogado sobre se tinha conhecimento do relatório do Comandante da Polícia de Segurança Pública de Setembro último, avisando para os perigos de contaminação por radioactividade, disse que a primeira vez que tinha ouvido falar nisso foi nesse mesmo dia de sábado, através da leitura

de um jornal. «Pelas informações que tenho do ministro da Administração Interna, Nuno Severiano Teixeira, a notícia é imprecisa e não corresponde ao efectivo conteúdo do relatório». Quanto à posição a adoptar por Portugal na reunião da NATO, António Guterres sustentou que «a questão essencial é conhecer toda a verdade sobre os bombardeamentos que foram feitos, onde foram feitos e em que circunstâncias, na medida em que uma coisa são os relatórios que tínhamos e outra a necessidade de agora os comprovar com toda a certeza». E isto porque, acrescentou o chefe do Governo, «quando estão em causa vidas humanas e a possibilidade, não a certeza», de ligação entre os problemas humanos já dados a conhecer pela comunicação social e aquilo que aconteceu no Kosovo, «há que ter a coragem de analisar tudo, de verificar tudo e de, a partir daí, se poderem tomar decisões que a comunidade internacional deve tomar. Estou certo que os outros países acompanharão Portugal no sentido de que todos esses esclarecimentos sejam obtidos», disse ainda António Guterres.

Estado assumirá responsabilidades

No domingo, em nova intervenção sobre este tema, o primeiro-ministro garantiu que o Estado e as Forças Armadas assumirão as suas responsabilidades se for demonstrado que os militares adquiriram doenças durante as suas missões nos Balcãs. «Espero que não existe esse nexo, mas o que nós queremos é conhecer a verdade», explicou António Guterres à saída da apresentação da candidatura de Jorge Sampaio à Presidência da República. Interrogado sobre as posições que tem vindo a assumir sobre esta matéria o líder do PSD, António Guterres considerou que «não se pode jogar com os sentimentos, as preocupações e o sofrimento das pessoas e fazer demagogia política». Quando Durão Barroso defende que não devem ser enviados mais soldados para o Kosovo, o primeiro-ministro defendeu uma posição de clareza. «Se não se pode mandar mais, como é que se pode permitir que lá estejam os que lá estão? Há que ser coerente e responsável nestas coisas», frisou o secretário-geral do Partido Socialista. António Guterres considerou ser preciso ter o sentido das responsabilidades, chamando a atenção para a importância de Portugal conservar a sua credibilidade internacional a nível das operações de paz e salientando ao carácter fundamental destas, nomeadamente para a causa de Timor-Leste. «Seria para nós trágico se amanhã a comunidade internacional abandonasse Timor-Leste», acentuou, lembrando que «missões de paz não se abandonam» sem mais. «Mesmo quando há um sinal de alarme, estuda-se e analisa-se em profundidade, com todo o detalhe, e naturalmente isso poderá levar-nos a tomar decisões que entendermos necessárias», afirmou António Guterres.

O primeiro-ministro fez ainda questão de frisar que «tem havido uma permanente troca de pontos de vista, cada um dentro das suas responsabilidades, mas numa sintonia muito grande».

JORGE FERNANDO BRANCO SAMPAIO

Nasceu em Lisboa, a 18 de Setembro de 1939. É casado com Maria José Ritta e pai de dois filhos, Vera e André. Licenciou-se na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, tendo feito os seus estudos secundários nos liceus Pedro Nunes e Passos Manuel. Durante a sua vida de estudante de Direito, desenvolveu intensa actividade académica, tendo sido sucessivamente eleito presidente da Associação Académica da mesma Faculdade (1960-1961) e presidente da RIA – Reunião Inter-Associações Académicas (1961-1962). Os estudantes universitários desenvolvem então uma luta vigorosa contra a ditadura do Estado Novo. É nessa crise que os portugueses ficam a conhecer Sampaio: um líder corajoso e sem protagonismo inúteis, decidido e sempre pronto a ouvir, dinamizador de energias e congregador de vontades.

Não deixando nunca de intervir politicamente contra a ditadura, exerceu advocacia durante vários anos, assumindo particular relevo as suas intervenções no Tribunal Plenário, na defesa de presos políticos.

Em 1969, candidata-se pela CDE – Comissão Democrática Eleitoral – às eleições para a Assembleia Nacional. Em 1973 decide não se candidatar, por considerar que não existiam condições para intervir na disputa eleitoral.

O 25 de Abril de 1974 encontra-o empenhado na constituição do MES – Movimento de Esquerda Socialista –, projecto que virá a abandonar no congresso fundador (Dezembro de 1974). Durante o período que se segue à Revolução de Abril assume um papel importante no diálogo com a ala moderada do movimento dos Capitães e, em 1975, é um apoiante activo do «Grupo dos Nove». Em 1975 é nomeado secretário de Estado da Cooperação Externa. Ainda em 1975, é co-fundador do grupo de reflexão política Intervenção Socialista. Em 1978 adere ao Partido Socialista, por cujas listas foi eleito deputado à Assembleia da República pelo círculo de Lisboa, tendo sido posteriormente reeleito em 1980, 1985, 1987 e 1991.

Em 1986 e 1987 foi responsável pelas relações internacionais do Partido Socialista. Em 1987-88 foi eleito presidente do Grupo Parlamentar do Partido na Assembleia da República.

E, em 1989 é eleito secretário-geral do Partido Socialista.

Assumiu, nessa qualidade, as funções de co-presidente do «Comité África» da Intervenção Socialista. Em Março deste mesmo ano, foi eleito, pela Assembleia da República, para o Conselho de Estado. Ainda em 1989, lidera a coligação de esquerda «Por Lisboa» e é eleito presidente da Câmara Municipal Lisboa.

Reconhecido o seu empenhamento de sempre na defesa dos direitos

fundamentais, Jorge Sampaio Tornou-se, entre 1979 e 1984, o primeiro português membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem do Conselho da

Europa.

Em 1993, foi reeleito presidente da Câmara Municipal Lisboa.

Entre 1990 e 1995, foi eleito para o



Conselho Geral da ANPM – Associação Nacional dos Municípios Portugueses – e, de 1992 a 1994, exerceu as funções de vice-presidente da Junta Metropolitana de Lisboa.

Ao longo destes anos, desenvolveu também uma intensa actividade internacional. De 1990 a 1995 ocupou a presidência da UCCLA – União das Cidades Capitais Ibero-Americanas. Em 1992 foi eleito presidente do Movimento das Eurocidades e presidente da FMCU – Federação Mundial das Cidades Unidas, cargos que exerceu até 1994 e 1995, respectivamente. De 1994 a 1995 foi membro do Comité das Regiões da União Europeia, fazendo parte da respectiva mesa de direcção.

Em 1995 apresenta a sua candidatura às eleições presidenciais, recebendo, meses mais tarde, o apoio de inúmeras personalidades independentes e do Partido Socialista. Após uma disputadíssima campanha eleitoral, a 14 de Janeiro de 1996, vence as eleições, logo na primeira volta, com 54 por cento dos votos.

A 9 de Março de 1995 toma posse como Presidente da República

O primeiro mandato de Jorge Sampaio decorreu em tranquilidade democrática. O Presidente assegurou o regular funcionamento das instituições. Exerceu com rigor os seus poderes constitucionais, de acordo com as circunstâncias e sempre no respeito da vontade dos portugueses. Colocou-se acima dos partidos, respeitando-os e ouvindo-os a todos. Defendeu as liberdades e os direitos do Homem. Não interferiu nas competências próprias dos outros órgãos de soberania. Vetou numerosos diplomas do Governo. Quis respeitar o voto dos portugueses, fosse ele qual fosse. Quis garantir a estabilidade institucional e política.

Para isso, o Presidente soube sempre ouvir os portugueses e as portuguesas de todos os estratos sociais, idades e regiões. Nunca esqueceu as comunidades de portugueses emigrantes nos cinco continentes.

Os primeiros referendos nacionais, sobre o aborto e a regionalização, aprofundaram a democracia. A serenidade e firmeza do Presidente asseguraram que eles não degeneravam em combate fratricida e, depois da votação, garantiram o respeito da decisão dos eleitores.

No âmbito da sua acção internacional, o Presidente Sampaio complementou a nossa crescente afirmação europeia com acções reforçando a nossa identidade nacional e a nossa presença no mundo. Teve um papel decisivo na luta pela independência de Timor Lorosae. Garantiu a dignidade do termo da presença portuguesa em Macau. Incrementou as relações privilegiadas com o Brasil. Valorizou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.



CAVACO VAI TER FALTA DE COMPARÊNCIA

Jorge Sampaio não poupou Cavaco Silva e outros dirigentes da direita portuguesa que estão a procurar desvalorizar as eleições para a Presidência da República no próximo domingo, tentando fomentar a abstenção dos portugueses. O candidato presidencial do Partido Socialista não hesitou em apontar que, no domingo, Cavaco Silva e Freitas do Amaral terão falta de comparência, mas sublinhou a estima pessoal que tem pelos seus adversários. Continuando a fazer uma campanha com base em valores, Jorge Sampaio definiu a liberdade e a equidade como os grandes desafios do século XXI para a sociedade portuguesa. Esta semana, numa sessão em que esteve presente o secretário-geral do PS, António Guterres, Sampaio apresentou a sua Comissão de Honra, que conta com cerca de 1600 personalidades nacionais das mais variadas áreas profissionais.

O candidato do Partido Socialista, Jorge Sampaio, defendeu em Aveiro que os ex-líderes do PSD e do CDS, respectivamente Cavaco Silva e Freitas do Amaral, vão ter falta de comparência nas eleições para a Presidência da República, no próximo domingo. Falando num dos maiores comícios da sua campanha, em Aveiro, Jorge Sampaio quebrou o tabu e, pela primeira vez, nomeou aqueles que tem vindo a criticar por «desvalorizarem» a eleição do Presidente da República. «Cavaco Silva, Freitas do Amaral, Francisco Pinto Balsemão e Proença de Carvalho, falou-se neles, espreitaram, voltaram para trás, voltaram a espreitar, definiram plataformas, escreveram artigos e depois não apareceram», denunciou o candidato apoiado pelo Partido Socialista. «Mas tenho a impressão de que vão aparecer em 2006, mas nessa altura já cá não estou», acrescentou.

O chefe de Estado lançou também um veemente apelo ao eleitorado português. «Qualquer que seja a vossa orientação, votem», disse insistentemente Jorge Sampaio, durante a digressão pelos distritos de Aveiro e de Viseu. A jornada iniciou-se em Viseu, onde o candidato apoiado pelo PS teve uma das maiores afluências a comícios da presente campanha eleitoral. O apelo à votação no próximo domingo transformou-se definitivamente na grande mensagem da campanha, associado a fortes críticas aos sectores que, segundo Jorge Sampaio, defendem a abstenção e a desvalorização das eleições para a Presidência da República. «Esta candidatura tem valores», defendeu o chefe de Estado,



referindo-se à equidade e à liberdade e acrescentando que «o Presidente da República não pode distinguir entre os que votam nele e os que não votam». O assumir da abstenção como o inimigo principal tem sido seguido da afirmação de que «qualquer resultado é legítimo». A vantagem que é atribuída a Jorge Sampaio relativamente aos demais candidatos permite até uma certa condescendência em relação aos adversários pelos quais, de vez em quando, assegura ter «muita estima, mas não os ter escolhido. Quero que aos seus continuemos a ser tolerantes e que continuemos a falar de coisas sérias e do futuro de Portugal», pediu aos seus apoiantes que o escutavam em Águeda.

No mesmo dia, mas em Viseu, Jorge Sampaio considerou que o grande desafio para o século XXI é «a igualdade para todos os portugueses». O candidato presidencial do PS falava num comício com muita gente, cuja grande afluência serviu para desmentir aqueles que defendem a desvalorização das eleições para a Presidência da República. «Vocês derrotam todos os dias aqueles que os querem ver em casa. Estão a dar uma lição de civismo àqueles que não sabem que a democracia é trabalho, que a democracia é esforço», disse o candidato à reeleição para o cargo de chefe de Estado, numa sessão marcada pela primeira intervenção de campanha do seu mandatário nacional, João Lobo Antunes.

Adversários merecem estima

No discurso do seu comício em Viseu,

Jorge Sampaio voltou a aludir às candidaturas rivais, afirmando que lhe merecem estima, «mesmo que, às vezes, deslizem e não digam em relação aos seus colegas aquilo que deviam dizer». Jorge Sampaio não concretizou as acusações, mas um pouco mais tarde percebeu-se que visavam os defensores da política de betão, numa referência implícita a Ferreira do Amaral, ex-ministro das Obras Públicas de Cavaco Silva. «A Irlanda esteve-se nas tintas para as auto-estradas», assinalou, lembrando que houve uma primazia ao desenvolvimento da inteligência e das capacidades dos cidadãos daquele país.

Já no passado sábado, em Lisboa, António Guterres entrou na campanha eleitoral de Jorge Sampaio. António Guterres foi um dos participantes na apresentação da Comissão de Honra da candidatura para a reeleição do actual Presidente da República, da qual fazem parte cerca de 1600 participantes das mais variadas áreas profissionais. «Esta Comissão de Honra não é apenas uma confirmação de apoio vasto e dinâmico que tanto me penhora. Quero que também seja um testemunho reiterado do meu compromisso activo por uma sociedade portuguesa mais dinâmica e o sinal do meu interesse constante pelo vosso trabalho e pelo contributo que dá à projecção de Portugal», defendeu. Esta intervenção antecedeu um concerto musical, no qual participaram nomes como Maria João Pires, Bernardo Sasseti, Rão Kyao, Maria João e Mário Laginha, entre outros.

Apesar do carácter selectivo da sessão, o actual chefe de Estado não deixou de enviar um recado aos seus adversários. «Estou persuadido que os profetas da desgraça, aquelas candidaturas que têm apostado no desencanto, são elas próprias candidaturas sem esperança e incapazes de mobilizar a esperança e a confiança dos portugueses», sustentou. Antes, pela manhã, Jorge Sampaio havia percorrido alguns concelhos da margem sul do Tejo, numa acção em que participaram os camaradas Jorge Coelho, Hasse Ferreira, Eduardo Pereira, Jamila Madeira e Ana Catarina Mendes.

«Sou um Presidente livre»

No comício de Setúbal, o chefe de Estado deixou bem claro ser «um Presidente da República livre» e pronto a decidir em nome dos portugueses. O candidato do PS aludia então às críticas do PSD pelo simples facto de ter protagonizado uma coligação com os comunistas para a Câmara Municipal de Lisboa e também às calúnias do director de campanha de Ferreira do Amaral de ser «a cabeça do polvo socialista».

«Agora já sou outra vez um espectro, como há dez anos quando fiz a coligação em Lisboa. Já sou a cabeça de uma coisa que não quero dizer o nome. Já soa a cabeça de um entendimento perigosíssimo para a sociedade portuguesa. Isso já acabou, não sou a cabeça de coisa nenhuma. Eu só sou eu, Jorge Sampaio, livre e pronto a decidir em nome do povo português», referiu Jorge Sampaio. A independência do candidato à reeleição para o cargo de Presidente da República esteve em destaque nas intervenções proferidas no comício de Setúbal, no qual participou o secretário-coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, que lembrou que o PS quer a eleição de um Presidente da República isento, independente e que não está ao serviço do partido. «O que está em causa são as eleições para o Presidente da República, e o PS apoia sem nenhuma condição Jorge Sampaio. Ele vai continuar a ser o Presidente de todos os portugueses e não o Presidente dos socialistas», disse o camarada Jorge Coelho, retomando, depois, as críticas ao PSD.

«Não houve figuras da direita e do centro-direita que não viessem aqui para ver como estava a situação e para ver se tinham hipóteses, mas retiraram-se a grande velocidade», disse, acusando Cavaco Silva, Freitas do Amaral, Proença de Carvalho e Pinto Balsemão de terem protagonizado candidaturas falhadas. «Ferreira do Amaral não mobiliza ninguém, mas isso é responsabilidade deles e não nossa», acrescentou.

QUANTOS SOMOS?

A partir do dia 28 de Fevereiro, mais de 22 mil pessoas sairão às ruas em todo o País para a primeira contagem da população residente do século XXI, uma operação em que serão investidos 8,8 milhões de contos.

A operação censitária, preparada desde o início de 1998, está dividida em três fases: entre 28 de Fevereiro e 11 de Março decorre a distribuição dos questionários; entre 12 de Março e o final de Abril a recolha dos questionários e entrevista ao representante da família e até ao final de 2002 o tratamento dos dados recolhidos. Em declarações Imprensa, o director dos Censos 2001, Fernando Casimiro, revelou que a operação deste ano contém duas inovações na divulgação dos resultados obtidos: um *cd-rom* com os dados relativos a todos os recenseamentos efectuados em Portugal e uma base de dados de acesso livre na Internet.

Com Portugal «dividido» em cerca de 135 mil pequenas áreas (denominadas subsecções estatísticas), o acesso aos dados contidos no *cd-rom* e na base de dados não permite, contudo, obter



informações cujo resultado seja inferior a três – uma forma de «impedir a individualização dos números requeridos e a consequente identificação dos cidadãos».

O mesmo responsável sublinhou que a operação Censos 2001 vai permitir «obter um conjunto de informação estatística de edifícios, alojamentos, famílias e indivíduos desagregada até ao pormenor geográfico do quarteirão, dados que a maioria das vezes não é possível atingir com a informação administrativa».

Pela primeira vez na história das operações censitárias em Portugal – cujo início remonta a 1864 – os resultados estatísticos recolhidos na próxima operação permitirão saber também com exactidão o número de pessoas portadoras de deficiência bem como o grau de incapacidade decorrente da deficiência que possuem.

É que, no Censos 2001, foi decidido voltar a observar o tipo de deficiência (desde 1970 que estes dados não eram recolhidos em recenseamentos), bem como o respectivo grau de incapacidade.

Depois de recolhidos os questionários, três equipas constituídas por cerca de 90 pessoas cada processarão os dados através de leitura óptica, num processo que se prolongará até ao final de 2001.

No início de 2002 começarão a ser conhecidos os dados finais da operação, mas em meados deste ano já será possível obter os dados provisórios relativamente,

por exemplo, ao número de residentes em Portugal.

Fernando Casimiro sustentou também que o «pormenor» da operação censitária deste ano será um «suporte fundamental para qualquer Governo definir as suas políticas» na medida em que o conjunto de dados obtidos está directamente ligado à vida da população.

A informação recolhida nos Censos é, no entanto, insuficiente, dado que é apenas obtida «de dez em dez anos». Por isso, defende Fernando Casimiro, «Portugal precisa de realizar um esforço administrativo muito grande que permita actualizar a informação recolhida nos anos em que não são efectuadas operações censitárias».

A preparação da operação Censos 2001 implicou a realização de 1.200 cursos de formação correspondentes a cerca de 17 mil horas de actividade lectiva com o objectivo de preparar os 22 mil intervenientes para o trabalho de contagem de cerca de dez milhões de habitantes, 3,2 milhões de famílias, 4,5 milhões de alojamentos e 2,9 milhões de edifícios.

Entre questionários e documentos auxiliares, foram impressos 135 milhões de páginas A4.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 4 de Janeiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 393-B/98, de 4 de Dezembro, que adopta medidas de emergência relativas à encefalopatia espongiforme dos bovinos (EEB), proibindo a utilização na alimentação animal de proteínas e gorduras obtidas a partir de tecidos de mamíferos e determinando a destruição das respectivas existências, constatadas à data da entrada em vigor do diploma;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva 91/629/CEE, do Conselho de 19 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela directiva 97/2/CE, do Conselho, de 20 de Janeiro, e pela decisão 97/182/CE, da Comissão, de 24 de Fevereiro, que estabelece as normas mínimas relativas à protecção dos vitelos;
- Uma resolução que ratifica parcialmente o Plano Director Municipal de Braga (revisão);
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Marvão;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Peniche;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Valongo.

O PS CONTA CONSIGO

Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta n.º 00237931010 - NIB 003300000023793101005
CGD - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Carlos Zorrinho, anunciou, no dia 8, em Bragança, que o novo estatuto dos governadores civis estará pronto dentro de três meses.

Segundo o governante, o assunto começaria a ser discutido na passada terça-feira no conselho de secretários de Estado. O secretário de Estado referiu que o novo estatuto «não dará poderes executivos aos governadores civis, na medida em que a solução dos problemas continua a passar pelas instituições competentes, mas virá clarificar as suas competências».

Para Zorrinho, o estatuto virá enquadrar legalmente o que já acontece um pouco na prática, porque, apesar do «estatuto minimalista» actual, que se resume à representação do Governo nos respectivos distritos, «a pressão das populações leva a que a acção dos governadores vá muito para além do que está definido».

Além de representantes do Governo, o novo diploma vai transformar os governadores civis naquilo a que o secretário de Estado apelidou de «provedorias distritais», ou seja, «um órgão que possa receber e encaminhar os cidadãos quando têm problemas ou projectos».

A principal novidade é a criação de um conselho coordenador em cada distrito, com funções consultivas, no qual terão assento todos os responsáveis da Administração Central de âmbito distrital, presidentes de câmara e representantes de várias áreas, conforme os problemas que se configurem.

AGRICULTURA

O ministro da Agricultura assistiu, ontem, em Lisboa, a uma reunião de preparação de «uma mega operação de fiscalização» sobre a rotulagem obrigatória da carne de bovino.



Na reunião participam a Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo Alimentar, a Direcção-Geral de Veterinária e as sete direcções regionais de agricultura do País. Segundo fonte do Ministério da Agricultura, a operação de fiscalização em preparação deverá ser desencadeada nos próximos dias com incidência em matadouros, salas de desmancho, grandes superfícies comerciais e talhos.

A partir deste mês a rotulagem da carne de

bovino é obrigatória, de forma a que o consumidor tenha uma informação detalhada sobre a carne que está a comprar. A obrigatoriedade surge na sequência de casos de encefalopatia espongiforme bovina (BSE) detectados um pouco por toda a Europa.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

O secretário de Estado da Comunicação Social criticou, no dia 6, a inclusão de informações sobre o «Big Brother» nos noticiários televisivos, considerando que deste modo os jornalistas se deixaram condicionar pelos interesses comerciais das estações.

Arons de Carvalho falava, em Alenquer, durante um debate sobre Comunicação Social regional em que disse que «o mais preocupante não é o «Big Brother» como produto em si, onde a população encontra um meio de entretenimento, mas por os espaços informativos estarem ditados por regras comerciais em vez do rigor informativo».

O governante frisou que o problema «não é tanto as televisões comerciais darem esses programas, mas que os jornalistas se deixem condicionar pelos interesses comerciais das estações».

O membro do Governo deu como exemplo de «falta de rigor», além de o telejornal da TVI ter transmitido notícias sobre o «Big Brother», o caso das eleições do Benfca, «quando passava pelos telejornais a defesa de um dos candidatos à presidência do clube».

O membro do Governo concluiu que «o jornalismo português está em crise», tendo justificado com outros exemplos «da falta de respeito pela deontologia» a «invenção de notícias no «Independente»», uma sobre um assunto que não foi discutido em Conselho de Ministros e outra de uma reunião com o presidente da RTP que, segundo o secretário de Estado, também não existiu.

Sobre o futuro da Imprensa e das rádios regionais, Arons de Carvalho referiu que a nova lei das rádios locais vai «ser mais combativa» no sentido de ter manter uma maior ligação às comunidades locais que servem.

O secretário de Estado disse que a concentração da propriedade «foi acompanhada pela perda de identidade das rádios locais».

Relativamente à Imprensa regional, o governante defendeu que os jornais «devem afirmar o que está próximo por contraponto à globalização e à informação que chega da outra parte do mundo».

CULTURA

O ministro da Cultura anunciou, no dia 8, em Lisboa, que vai propor a rescisão de contrato aos 150 trabalhadores do Teatro Nacional D. Maria II e uma estrutura que permita a renovação da companhia de teatro a cada três anos.

José Sasportes apresentou segunda-feira aos jornalistas um esboço da reestruturação que o Ministério da Cultura pretende para o Teatro Nacional D. Maria II, devido à situação «bastante dramática»

daquele espaço.

Um recente levantamento da situação do teatro levado a cabo pela comissão de gestão nomeada pelo ministro em Outubro do ano passado, para apurar «carências e deficiências» do D. Maria II, constatou a «existência de elevado número de irregularidades».



Estas situações, algumas delas divulgadas na passada segunda-feira, resultam, no entender da equipa que fez o levantamento, de «medidas de administração pouco eficientes e desadequadas ao quadro normativo vigente».

Dos 150 trabalhadores do teatro, 29 são actores, e, entre estes, uma dezena estão em situação de reforma, sendo que a idade média da companhia de teatro é de 56 anos.

FINANÇAS

O ministro das Finanças, Pina Moura, efectuou, ontem, uma visita de trabalho à Região Autónoma da Madeira, incluída num conjunto de deslocações que o governante tem vindo a efectuar desde a passada segunda-feira, dia 8, pelas direcções distritais das Finanças e Alfândegas. Os aspectos relacionados com a reforma fiscal foram abordados nos encontros que o ministro manteve na região.

Durante o encontro que teve com o presidente do Governo madeirense, Alberto João Jardim, Pina Moura discutiu problemas relativos à lei das finanças regionais, regionalização de alguns serviços na dependência daquele Ministério e à situação de atraso na transferência de algumas verbas do Estado para a Madeira.

Entre estes encontram-se os cerca de cinco milhões de contos correspondentes aos custos da electricidade e o meio milhão afecto à instalação do novo centro logístico de combustíveis.

REFORMA DO ESTADO

O ministro da Reforma do Estado e Administração Pública defendeu, no dia 6, em Coimbra, modelos organizacionais mais flexíveis, para um melhor aproveitamento das despesas públicas, e a requalificação do sector.

«Alguns dos modelos orgânicos são ineficazes, não produtivos, provocam despesa pública desnecessária», afirmou Alberto Martins, ao intervir no oitavo

aniversário do Instituto Superior Bissaya Barreto.

Dos 650 mil funcionários do Estado, cerca de 550 mil trabalham na Administração Central e apenas 3,4 por cento são licenciados, tendo em conta que dos 27 por cento de licenciados da Administração 16,6 por cento são de carreira docente e 7 por cento são médicos.



Desde 1996 – acrescentou – terão sido contratados pela Administração cerca de 20 mil trabalhadores, metade em regime de avença e outro tanto a contrato a termo. O congelamento das admissões na Administração tem sido «torneado com contratos a termo em função de pressões imediatas dos serviços», referiu o governante, sublinhando o facto de cerca de 70 por cento dessas contratações serem no sector da Saúde.

TRABALHO

O secretário de Estado do Trabalho e Formação, Paulo Pedrosa, anunciou, no dia 8, em Matosinhos, que será lançado em Abril um novo inquérito nacional para avaliar a incidência da exploração do trabalho infantil em Portugal.

Segundo Paulo Pedrosa, com este inquérito, cujo resultado será conhecido antes do fim do ano, o Governo pretende registar qual a evolução do fenómeno entre 1998 e 2001.

«Do inquérito realizado em 1998, apurámos, pela boca dos pais, que existiam cerca de 15 mil crianças em situação de exploração do trabalho infantil, enquanto que pelo testemunho das próprias crianças o número aumentou para cerca de 40 mil», disse.

Paulo Pedrosa admitiu que, em Portugal, «a exploração do trabalho infantil nas fábricas, em situações perigosas, está a diminuir», mas alertou para o facto de estar a surgir uma nova vertente do problema.

«A exploração do trabalho infantil aparece agora no trabalho domiciliário e após o horário da escola», referiu.

O governante falava, na Exponor, onde decorreu a cerimónia de entrega dos prémios pecuniários (1.500 euros) para apoio à execução dos 17 projectos de associações juvenis seleccionados para o Concurso Nacional pela Prevenção da Exploração do Trabalho Infantil, denominado «Há um tempo para aprender».

DEPUTADO ANTÓNIO MARTINHO

Desenvolvimento

SEM HESITAÇÕES...



O deputado socialista António Martinho não quer que o IP3 seja «obstruído por um qualquer lobo ibérico» ou por «outro tipo de lobos dos que já fizeram atrasar demasiado esta infra-estrutura, reconhecidamente fundamental para a região (de Vila Real) e para o País».

António Martinho intervinha, no dia 4, na Assembleia da República, no período antes da ordem do dia, a propósito da assinatura do contrato de concessão da auto-estrada interior Norte ao consórcio Norscut. Recorde-se que esta concessão inclui a concepção, construção e exploração de uma parte significativa do IP3, que vai da fronteira de Chaves até Viseu, numa extensão de 155 quilómetros e com um investimento que ultrapassa os 100 milhões de contos.

Assim, segundo o parlamentar do PS, «esta auto-estrada constitui mais um passo para dar resposta a dois objectivos que o actual Governo definiu para as infra-estruturas rodoviárias, a saber: transformar uma rede de auto-estradas do litoral numa verdadeira rede nacional de auto-estradas e duplicar a actual rede existente».

A auto-estrada, para António Martinho, «mostra-se de grande importância, não só para todo o interior Norte, designadamente para a região de Trás-os-Montes e Alto Douro e, de uma forma ainda mais evidente, para o distrito de Vila Real, mas também para todo o País».

Neste sentido, o deputado do GP/PS citou como exemplo o importante papel que o IP3 pode desempenhar no desenvolvimento de toda a região, frisando que esta infra-estrutura «constituirá a espinha dorsal, em termos de rodovias, do distrito» de Vila Real.

«Uma correcta estratégia de desenvolvimento impõe que se passe de imediato à fase seguinte que é a da preparação da construção de uma rede viária complementar ou beneficiação da

rede existente que possibilite uma ligação rápida e segura dos restantes concelhos a este IP e às cidades e vilas que atravessa», considerou.

António Martinho sublinhou ainda a ideia segundo a qual o IP3 facilitará o transporte em condições mais vantajosas dos produtos da região Norte para a Europa e inclusive para outras regiões de Portugal. É por tudo isto que o deputado socialista defende um avanço deste processo sem mais «hesitações» nem «empecilhos».

Agitações e soluções

A preocupação do parlamentar do PS com o Norte do País tem vindo a evidenciar-se cada vez mais.

Assim, numa intervenção realizada no dia 13 de Dezembro último, António Martinho falava num debate de urgência de iniciativa laranja sobre os problemas que afectam a Casa do Douro e a vitivinicultura duriense. O deputado do PS recordou, durante a sessão plenária parlamentar que foi na década cavaquista e não no período de administração socialista que a região do Douro entrou em crise.

«O PSD, único detentor de responsabilidades governativas nessa altura, foi sempre parte do problema, nunca foi parte da solução», afirmou.

Mas, hoje, segundo António Martinho, a situação do Douro é «diferente».

«O Douro produz mais e melhor vinho fino; mas produz também melhor vinho de mesa», sendo actualmente mais do que uma região produtora de vinho de qualidade.

«O Douro, rio, é uma via de navegação por onde transitam turistas e riquezas da região», observou.

Na opinião de António Martinho, o PSD não só foi parte do problema desde a sua génese, como agora pretende também ser parte de uma agitação desnecessária e inútil. Contrariamente, o Partido Socialista tem sido, esse sim, parte da solução.

MARY RODRIGUES



PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA
PORTUGAL SOCIALISTA

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS

Finanças

DIREITA DOS INTERESSES EM CAMPANHA DE INTOXICAÇÃO CONTRA REFORMA FISCAL



Numa intervenção no dia 4, no Parlamento, que causou algum desconforto e mal-estar nas bancadas do PSD e do PP – unidas conjuntamente em defesa dos grandes

interesses e privilégios –, o deputado do PS Manuel dos Santos alertou que está em curso uma megacampaña dos sectores que se opõem à reforma fiscal.

O vice-presidente da bancada do PS defendeu que o aumento de nove por cento das receitas fiscais será obtido com uma maior eficiência no combate à fuga ao fisco e ao crescimento económico.

A posição do dirigente do Grupo Parlamentar do PS surgiu na sequência de uma intervenção muito crítica do deputado do PSD Rui Rio sobre as consequências da reforma fiscal recentemente aprovada na Assembleia da República.

Uma intervenção do deputado laranja que surge no quadro de uma campanha violentíssima da direita contra uma reforma fiscal que mexe com interesses instalados, ou seja, certos sectores da sociedade, com elevados rendimentos, e

que durante décadas fugiram impunemente ao fisco.

É muito simplesmente isto que está em causa e que tanto dói à direita dos interesses, que não se conforma com uma reforma fiscal justa e solidária e já está a lançar diversos espantinhos e fantasmas para a opinião pública, numa gigantesca campanha de intoxicação.

Numa resposta às pseudopreocupações do deputado laranja, o deputado socialista Manuel dos Santos referiu que os estimados nove por cento de aumento das receitas fiscais será obtido precisamente do crescimento do produto e da aplicação da reforma fiscal, que tomará muito mais difícil a fuga ao pagamento de impostos».

Na sua intervenção, o vice-presidente da bancada socialista condenou os sectores que se estão a opor à execução da reforma fiscal, além do PSD e do CDS-PP. «Estamos a assistir a ameaças e pressões de grupos económicos, a analistas políticos com dúvidas, os partidos de direita preocupados com os votos da esquerda, a meios de comunicação social incrédulos e, a maior parte das vezes, negativistas», sublinhou. **J. C. CASTELO BRANCO**

DEPUTADA ROSA ALBERNAZ

Igualdade de oportunidades

CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS IGUALITÁRIA E PARITÁRIA



«A igualdade de oportunidades não se encontra plenamente resolvida, mas não podemos escamotear os grandes desenvolvimentos que o XIII e o XIV Governos do

partido Socialista têm assegurado neste domínio e de forma transversal», afirmou no dia 21 de Dezembro, Rosa Maria Albernaz. A deputada do PS falava durante a discussão de um conjunto de iniciativas sobre a igualdade de que incidem sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Rosa Maria Albernaz salientou que, conforme o previsto no programa do XIV Governo Constitucional, «o ano 2000 foi marcado por uma intensificação nas medidas de valorização das políticas relativas à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Quanto a um projecto de lei apresentado pelo PSD cheio de críticas no seu preâmbulo, a deputada do PS considerou-

as «injustas» e carecidas de «fundamento», lembrando a propósito que no âmbito da regulamentação e revisão de diplomas fundamentais para a área da igualdade, procedeu-se à elaboração de diplomas legais e de regulamentação de leis da AR, tais como, por exemplo, as alterações introduzidas à Lei da Maternidade e Paternidade, a preparação da regulamentação da Lei da Maternidade e da Paternidade no âmbito do sector privado e no sector público, bem como a resolução do Conselho de Ministros que aprovou o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades.

Rosa Maria Albernaz destacou ainda a importância da atribuição de prémios - «Igualdade é Qualidade» - às empresas com políticas exemplares em matéria de oportunidades entre mulheres e homens.

«Se isto é ser inactivo... então existe uma confusão terminológica quanto a esse conceito e o PSD quererá dizer que o Governo foi activo, empreendedor e ousado neste domínio», disse. **J. C. CASTELO BRANCO**

PRESIDÊNCIA SUECA VAI APOSTAR NA SEGURANÇA ALIMENTAR

A segurança alimentar é uma das prioridades da presidência sueca da União Europeia (UE), com destaque para o problema da BSE, defendendo a ministra sueca da Agricultura a despistagem obrigatória em toda a UE.

Margareta Winberg anunciou esta prioridade no dia 3 em Lisboa, onde se encontrou com o ministro português do sector, Luís Capoulas Santos.

A governante escolheu Portugal para o início da ronda de contactos com os responsáveis da Agricultura de cada país membro, no âmbito da presidência sueca da UE.

Após o encontro, Winberg defendeu os testes de despistagem da «doença das vacas loucas» para todos os animais mortos com mais de 30 meses e que vão entrar na cadeia alimentar.

Além disso, pretende que os testes sejam alargados a toda a UE, até porque o enorme número de carcaças a destruir gera problemas, já que, a capacidade de incineração é limitada, nomeadamente em Portugal e na Suécia, dois dos países que têm de exportar os seus materiais de risco. Em Portugal, vão entrar em funcionamento 25 laboratórios, já em Abril, com o objectivo de analisar todos os animais abatidos, medida já anunciada por Capoulas Santos e que implica custos de cerca de 3,7 milhões de contos.

De qualquer modo, os testes estarão em vigor na União durante a primeira metade



do ano, período após o qual será elaborado um relatório com o ponto da situação em cada país.

Da agenda apresentada pela ministra sueca ao seu homólogo, baseada nas três palavras chave escolhidas pela Suécia para a presidência (alargamento, emprego e ambiente) consta a sua aplicação à agricultura, mas também a saúde e transporte animal e a referida segurança alimentar.

Ainda acerca deste ponto, Margareta Winberg fez questão de frisar que há áreas

onde os riscos são «muito maiores que na BSE», como é o caso do tabaco, responsável pela morte de milhares de pessoas.

No entanto, «não nos importamos com isso», e a UE não só não defende a abolição deste produto, como ainda incentiva a sua cultura, disse.

O alargamento da UE a outros países vai ter consequências no sector agrícola, que têm de ser ponderadas e o emprego representa uma situação de desafio, já que, é necessário encontrar alternativas para fixar os agricultores e famílias no campo, quando a actividade agrícola enfrenta problemas, acrescentou a ministra.

Capoulas Santos referiu a sua «plena concordância com o essencial dos pontos apresentados» e reiterou a disponibilidade de Portugal para apoiar a presidência sueca da UE, país que pela primeira vez desempenha este papel.

O ministro português reafirmou a confiança no compromisso do Comité de que a decisão de levantar o embargo à carne de vaca portuguesa seja avançada, o mais tardar, até 30 de Julho.

Este assunto foi focado na reunião com Margareta Winberg, tendo Capoulas Santos sensibilizado a ministra para a injustiça da situação.

A alteração das regras da organização comum do mercado do arroz poderá ser outro assunto em cima da mesa, nos próximos seis meses.

Portugal «está aberto a modificações, desde que os rendimentos dos agricultores esteja salvaguardado» e não esquecendo que algumas áreas desta cultura desempenham, também, uma função ambiental.

O acordo de pesca com Marrocos foi falado pelos ministros da Agricultura e Capoulas Santos transmitiu à ministra as especificidades internas de Portugal, diferentes de Espanha, apesar de este ser um processo conduzido pela Comissão. Para o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, ou se obtém um acordo ou se põe em prática um plano de reestruturação da frota, o qual já foi apresentado por Portugal à Comissão Europeia, devendo ser em breve entregue também à presidência sueca.

SEMINÁRIO DIPLOMÁTICO

Guterres alerta

PORTUGAL TEM DE ESTAR «ATENTO» E SER «IMAGINATIVO» NA NOVA EUROPA

O camarada António Guterres disse no dia 3 que Portugal vai ter que estar «atento» e ser «imaginativo» para se afirmar numa Europa em profunda mutação e que daqui a 10 anos será já muito diferente do que é hoje.

Numa Europa mais alargada e mais heterogénea, com um ou vários núcleos duros, «é absolutamente indispensável que Portugal esteja sempre em todos os núcleos duros que se constituam, é uma questão vital de afirmação nacional», afirmou ainda o primeiro-ministro, que falava no âmbito do Seminário Diplomático.

Trata-se de uma Europa onde há o risco de deriva («e a Cimeira de Nice foi disso a prova evidente») para uma lógica de afirmação das grandes potências, «mais intergovernamental e menos comunitária, ao contrário do que por vezes parece», observou.

O primeiro-ministro, que tinha a seu lado o ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Louis Michel, considerou que, além da mutação em curso na Europa, também a imigração vai contribuir para a

mudança na forma da expressão dos interesses de Portugal no mundo.

Deixámos de ser um país de emigrantes

«Deixámos de ser um País de emigrantes para passarmos a ser um país de imigrantes», salientou, lembrando as consequências que este facto vai ter a nível da rede consular, da evolução social do País e da forma de exprimir a coesão nacional.

O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, e os seus colegas da Defesa e da Juventude e Desporto, Castro Caldas e José Lello, respectivamente, eram algumas das personalidades presentes no almoço, onde estavam também Victor Milícias, há pouco chegado de Timor, e Rui Machete, presidente da Fundação Luso-Americana. O Seminário Diplomático reúne tradicionalmente a seguir ao Natal no CCB os embaixadores portugueses em muitos países num encontro de dois dias preenchidos com diversas conferências.

DESEMPREGO MANTÉM-SE NOS 8,8 POR CENTO EM NOVEMBRO

A taxa de desemprego manteve-se estável nos 8,8 por cento na zona euro, em Novembro, face a Outubro, anunciou o Eurostat, o departamento de estatísticas europeu.

No conjunto dos 15 países da União Europeia (UE), o desemprego baixou 0,1 pontos percentuais para 8,1 por cento. Um ano antes, em Novembro de 1999, a taxa de desemprego era de 9,6 por cento, na zona euro, e de 8,9 por cento, na UE.

As taxas mais baixas foram registadas no Luxemburgo (2,1 por cento), na Holanda (2,8, - dado de Outubro) e na Áustria (3,2 por cento).

A taxa de desemprego em Espanha (13,6 por cento) continua a ser a mais elevada da UE.

Em Portugal, a taxa de desemprego manteve-se nos 4,1 por cento, em Novembro.

Nos últimos 12 meses, as baixas relativas mais importantes foram observadas na Irlanda (de 5,2 por cento para 4,1 por cento), na França (de 10,7 para 8,9 por cento) e na Suécia (de 6,8 para 5,6 por cento).

Por comparação, o Eurostat indica que as taxas de desemprego foram de 4,0 por cento nos Estados Unidos da América e de 4,7 por cento no Japão, no período em análise.

No mês de Novembro de 2000, 11,5 milhões de homens e mulheres encontravam-se desempregados na zona euro para um total de 14 milhões na UE.

RENOVAR PORTUGAL

O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, João Rui Gaspar de Almeida, realçou recentemente a importância de todos os portugueses, «os de dentro e de fora», para renovar Portugal. Na sua primeira intervenção pública – no encerramento do Seminário Diplomático 2001, que decorreu no Centro Cultural de Belém, em Lisboa – o secretário de Estado expressou o seu apreço pelo trabalho desenvolvido pelo seu antecessor, José Lello, «que conseguiu trazer o tema das Comunidades para a primeira linha política do País e conferir-lhe um decisivo papel na própria renovação da imagem de Portugal no estrangeiro».

Para João Gaspar de Almeida, o trabalho desenvolvido pelo Governo português tem como resultado o reforço do prestígio de Portugal no mundo.

«A primeira ideia que se faz de um povo, de um país, é aquela que os seus nacionais dão no estrangeiro», declarou o governante, acrescentando ser



fundamental «contar com os portugueses, os de dentro e os de fora, para renovarmos Portugal».

Para João Gaspar de Almeida, os portugueses que emigram são cada vez menos «um apêndice acessório da

população portuguesa», para serem cada vez mais «um constituinte orgânico de um todo nacional, com direitos cívicos e constitucionais iguais aos residentes no País, com uma mobilidade turística, académica e profissional impensável há alguns anos atrás», com uma participação nos benefícios sociais «que se julgaria impraticável».

O secretário de Estado aproveitou a ocasião para salientar que «o reconhecimento do direito de elegerem o Presidente da República, o apoio social aos idosos e o programa de estágios em Portugal para jovens luso-descendentes» são exemplos de uma nova ideia, e também de uma nova prática, da unidade do País.

«Mas é necessário encontrar um equilíbrio entre as exigências feitas pelas comunidades e as possibilidades da Secretaria de Estado», disse.

Por vezes não é fácil encontrar esse equilíbrio, acrescentou, lembrando, como exemplos, o problema da segurança pessoal na África do Sul, cada dia mais

dramático, e o apoio às vítimas das inundações na Venezuela.

«São situações em que a solidariedade não basta para satisfazer as aspirações das respectivas comunidades. O Estado português tentará, na medida de recursos pouco avultados, contribuir para a sua superação», declarou João Gaspar de Almeida.

O secretário de Estado acrescentou, no entanto, que o Governo de Lisboa se vê «confrontado com um complicado cenário político local, em que a sua boa-vontade tem de tomar em consideração interesses e competências próprias das autoridades locais», o que aconselha «uma cuidadosa e persistente actuação bilateral com vista à harmonização da soberania do País de acolhimento e o objectivo de apoiar os nossos nacionais desfavorecidos».

João Gaspar de Almeida anunciou também que o Governo vai prosseguir a informatização consular, alargada às instalações diplomáticas, com intervenções em diversas embaixadas.

ANO LUSO-MARROQUINO

As relações entre Portugal e Marrocos vão intensificar-se durante este ano, com vários encontros e iniciativas, pelo que 2001 será o «ano luso-marroquino».

A afirmação foi feita pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, no passado dia 9, em Rabat.

Gama falava aos jornalistas no final de um encontro com o presidente da Câmara de Deputados marroquina, Abdelouahad Radi, na presença da Comissão dos Negócios Estrangeiros do mesmo órgão. O chefe da diplomacia portuguesa lembrou que, para o ano em curso, está prevista a visita, ainda sem data marcada, do rei Mohamed VI a Portugal, onde também decorrerá a sexta reunião da comissão mista luso-marroquina.

Mas já este mês, a 25 e 26, o chefe da diplomacia marroquina, Mohamed Benaissa, visitará oficialmente Lisboa, retribuindo assim o convite feito ao seu homólogo português para a visita em curso.

Segundo Jaime Gama, 2001 será também marcado pela participação de Portugal nos trabalhos do primeiro Conselho do Acordo Marrocos-União Europeia (UE), previsto para Fevereiro, na capital marroquina, e ainda uma nova deslocação de Gama a este país muçulmano para representar o Estado português na reunião ministerial do Fórum Mediterrânico, a 30



de Maio. Gama sublinhou o interesse de Portugal no aprofundamento das relações

económicas com Marrocos, sobretudo nas áreas da tecnologia da informação, cultura e turismo, frisando que o reino

marroquino «é uma prioridade» da internacionalização da economia portuguesa.

Por seu lado, Radi congratulou-se com a «excelência das relações» entre os dois países e elogiou o papel de Portugal na reaproximação entre a Europa e África e entre Marrocos e a UE e ainda o apoio de Lisboa ao processo de transição democrática no país.

Após o encontro, Jaime Gama seguiu para Marraquexe, 320 quilómetros a sul de Rabat, onde Mohamed VI o recebeu em audiência.

Em declarações à Comunicação Social, antes de partir para Marraquexe, Gama adiantou que analisaria com o monarca alauita as relações bilaterais, a parceria euro-mediterrânica, a participação marroquina na cimeira África-Europa e que ainda acertaria, eventualmente, a data para a visita de Mohamed VI a Portugal no ano em curso.

O chefe da diplomacia portuguesa regressou a meio da tarde de terça-feira a Rabat, onde se avistou com o primeiro-ministro marroquino, Abderrahmane Yousoufi, num encontro onde a cimeira luso-marroquina esteve no centro das atenções.

Jaime gama chegou no dia 8 a Rabat para uma visita oficial de dois dias a Marrocos, a convite do seu homólogo Mohamed Benaissa.

JOÃO SOARES SALVA CINEMA S. JORGE

Prometeu e cumpriu. João Soares salva mais uma sala de espectáculos em Lisboa. Trata-se do Cinema São Jorge, património cultural de todos os lisboetas, que não podem estar condenados a ver cinema em salas minúsculas em que se removem pipocas segundo padrões «made in USA». A Câmara de Lisboa está de parabéns, por não ceder aos interesses economicistas. Governar uma cidade segundo um programa de esquerda é tomar este tipo de medidas.

A compra do Cinema S. Jorge pela Câmara de Lisboa vai custar um milhão de contos, estando já a decorrer os



contactos com bancos para financiar a aquisição, garantiu o vereador Fontão de Carvalho.

Devido ao elevado custo da aquisição do S. Jorge, o vereador das Finanças da Câmara Municipal de Lisboa revelou que tem estado a contactar várias entidades bancárias.

Sem o apoio do Ministério da Cultura, a autarquia avança sozinha para a aquisição do histórico cinema da avenida da Liberdade.

«Não foi possível encontrar parceiros. O Ministério da Cultura diz não ter dinheiro e a Cinemateca Portuguesa não tem meios», disse o presidente da autarquia, João Soares.

Sem apoios governamentais, «a Câmara está a procura de entidades interessadas em financiar o processo», referiu Fontão de Carvalho.

A decisão da Câmara de Lisboa vir a exercer o direito de preferência na compra do cinema S. Jorge, que encerrou no dia 30 de Novembro, foi anunciada pelo presidente da autarquia, João Soares.

«Assumimos que vamos salvar o S. Jorge e, mesmo sem parceiros, vamos refazer uma grande sala de espectáculos», disse na altura João Soares.

O S. Jorge foi uma das primeiras salas do País construída de raiz expressamente para cinema, nos anos 50, com uma capacidade para 1.827 lugares.

Alvo de obras de transformação nos anos 80, o edifício passaria a ter três salas que gradualmente viam o número de espectadores diminuir.

«Até agora ainda não deixámos morrer nenhuma sala. Primeiro foi o [cinema] Roma, que transformámos no Fórum Lisboa e agora é o S. Jorge», disse João Soares.

GOVERNO CRIA CENTROS EDUCATIVOS

Uma portaria do Ministério da Justiça recentemente publicada cria os centros educativos para jovens delinquentes e estabelece a sua classificação em função de três regimes: aberto, semiaberto e fechado.

A nova classificação dos 13 centros educativos surge na sequência da aplicação da Lei Tutelar Educativa, que pressupõe a existência de «condições adequadas à execução das medidas tutelares educativas e de outras decisões judiciais, nomeadamente das que implicam o internamento de menores e jovens em instituições do sistema da justiça».

O regime de funcionamento e grau de abertura ao exterior dos centros educativos (nova designação para os actuais colégios

de acolhimento do IRS/Instituto de Reinserção Social) é condicionado pela respectiva classificação (aberto, semiaberto ou fechado), de acordo com o regime de execução das medidas de internamento.

Todos os centros agora criados dispõem de regime semiaberto, sem prejuízo da coexistência com outro regime mais brando ou severo.

De acordo com o Ministério da Justiça, com a conclusão de algumas obras ainda em curso, tornar-se-á necessário proceder a uma revisão da classificação dos centros educativos agora estabelecida, por forma «a ajustar as respostas de institucionalização às necessidades que forem surgindo com a aplicação do novo

regime legal».

Os centros educativos repartem-se ainda em três grupos consoante se destinem a acolher jovens do sexo masculino, menores do sexo feminino ou de ambos os sexos.

Os centros educativos com regime mais severo (semiaberto e fechado) são o do Mondego, em Cavadoze (distrito da Guarda), dos Olivais em Coimbra, Padre António de Oliveira em Caxias (Oeiras) e de São Bernardino, em Atouguia da Baleia, Peniche.

A presente portaria entrou em vigor no passado dia 1 de Janeiro.

Juntamente com esta portaria, saíram hoje outras duas relativas ao regulamento geral e disciplinar os centros educativos e o decreto-lei que regulamenta a lei que

aprova a Lei Tutelar Educativa, que separa os menores e jovens em risco dos jovens delinquentes, ficando os primeiros entregues à Segurança Social e os segundos ao IRS, entidade tutelada pelo Ministério da Justiça.

Por ocasião da entrada em vigor da Lei Tutelar Educativa, o ministro da Justiça, António Costa, inaugurou a unidade de regime fechado do Centro Educativo Padre António de Oliveira, em Caxias.

António Costa presidiu ainda no Centro de Estudos Judiciários (CEJ) à sessão de encerramento da acção de formação inicial de cerca de 120 novos técnicos de reinserção social que foram recrutados para reforço das condições de aplicação da nova Lei Tutelar Educativa.

CRIANÇAS EM BUSCA DO OZONO PERDIDO

«Em busca do ozono perdido» é o novo canal do «site» ABC da Energia, dedicado à sensibilização das crianças para o buraco que as agressões ambientais estão a provocar na camada de ozono envolvente da atmosfera terrestre. O utilizador «entra» numa história, em banda desenhada, que conta como «a camada do ozono está a ser comida por alguns químicos» que se produzem na Terra, alertando para o desaparecimento do

ozono, as suas causas e efeitos, apresentando ainda algumas soluções ambientais para a sua preservação.

Zé Maria, o personagem principal, é um jornalista que recebe ordens do seu director para «ir até ao fundo» desta história. O reconhecimento do mérito deste «site» (www.abcdenergia.com) levou a Direcção-Geral da Energia a patrocinar de novo este projecto, por forma a garantir a sua viabilização e a qualidade crescente. Outro canal novo deste «site» é o

«Reciclopólis», uma «cidade» para visitar que mostra como os seus habitantes reciclam, reduzem, e reutilizam o lixo.

Embora esteja ainda em construção, este canal do ABC da Energia pretende ensinar as crianças a utilizarem a política dos três R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar – contando como aquela se modificou ao longo dos anos.

Segundo o «site», «Reciclopólis» era conhecida por «Lixopólis», uma vez que os seus residentes ainda «não tinham

pensado muito sobre para onde o lixo ia quando eles o deitavam fora».

Refere o texto que «coisas que facilmente podiam ter sido reutilizadas ou recicladas eram atiradas para o lixo, porque ninguém acreditava que reciclar fazia a diferença». Com jogos, passatempos, definições, um fórum e um canal dedicado a professores, o ABC da Energia apresenta-se como um «site» que oferece informação complementar à disponibilizada pela Direcção-Geral da Energia.



Amadora

Habituação Social e educação são prioridades para 2001
Habituação social e educação são as prioridades do plano de actividades da Câmara da Amadora para 2001, em investimentos de 14 milhões de contos de um total de 24 milhões, anunciou o presidente Joaquim Raposo.



A autarquia vai aplicar mais de 10,2 milhões de contos na construção de casas para o Programa Especial de Realojamento (PER) e outras destinadas a casais jovens durante o próximo ano, segundo dados em conferência de Imprensa.

A educação tem 3,6 milhões de contos destinados ao ensino pré-escolar e básico, num projecto que até 2003 intervirá em 30 escolas e 71 salas de aula. A administração central comparticipa com cerca de 2,5 milhões de contos neste sector no concelho.

No investimento nas acessibilidades, a autarquia participa com 1,7 milhões de um total de 19 milhões, assegurados também pelo poder central e por empreiteiros.

A conclusão da CRIL é um dos projectos de maior envergadura, no valor de sete milhões de contos, mas Joaquim Raposo garante que «não vai consentir» o modelo de viaduto e vale, terminando no nó da Damaia, defendido pelas candidaturas em apreciação pelo Ministério do Equipamento.

Joaquim Raposo disse aos jornalistas que a Câmara da Amadora elaborou já um projecto alternativo que defende o fim do troço final da CRIL em túnel, também preferido por Lisboa, que Raposo diz ir poupar quatro milhões de contos em expropriações, além de trazer mais vantagens ambientais.

O autarca da Amadora e João Soares estão contra a hipótese de viaduto porque vai passar por cima do Bairro de Santa Cruz, obrigando a demolições e fazendo demorar ainda mais a conclusão da obra. Da parte da câmara, os terrenos necessários à construção do fim da CRIL estarão libertos no princípio do ano que vem.

A aposta na habituação começa já no princípio de Janeiro, com a entrega de mais de 700 fogos PER e habituação jovem para famílias na Boba e Casal do Silva. Prontas a começar estão também obras na

Azinhaga dos Besouros, Alfoanelos, Falagueira, Brandoa e Moinho do Guizo, num total de mais de mil fogos.

A menos de um ano de eleições autárquicas, Joaquim Raposo admite que alguns projectos não estarão prontos no final do mandato, embora devam ser iniciados em 2001, como a ligação do Metro à Amadora e a conclusão da CRIL.

Faro

Autarquia oferece livros a Cabo Verde

Já chegaram a Cabo Verde cerca de 500 livros oferecidos pela Câmara de Faro à Cidade da Praia.



A oferta, feita no âmbito do protocolo de geminação existente entre as duas cidades, visa fortalecer a relação entre as mesmas e proporcionar aos locais um maior conhecimento sobre a capital algarvia, através de contactos mais regulares.

Fazem parte desta oferta, para além de diversas publicações com a chancela da autarquia fafense, outras de carácter pedagógico gentilmente cedidas pelas Selecções do Reader's Digest.

O objectivo central da iniciativa é que estes livros sejam distribuídos pelos diversos estabelecimentos de ensino, bibliotecas e outros organismos.

Loulé

Autarquia aposta na melhoria de arruamentos

A Câmara Municipal de Loulé aprovou recentemente a adjudicação da empreitada para a melhoria de arruamentos em Quarteira.

Assim, o município irá proceder à repavimentação das ruas Gago Coutinho, Providência, Dona Francisca de Aragão, Gil Eanes, Infante Santo, Largo do Poeta Pardo e Travessa do Pontão.

O investimento total para esta obra é de cerca de 16 mil contos, prevendo-se que tenha um prazo de concretização de 60 dias.

Integrado no Plano de Actividades para 2001, este investimento destina-se a executar diversos melhoramentos e pequenas obras nos arruamentos de Quarteira, na sequência de trabalhos já

iniciados em anos transactos. O município de Loulé pretende desta forma reestruturar a rede viária em todo o concelho, tendo em vista a melhoria das acessibilidades, nomeadamente nos principais centros urbanos como é o caso de Quarteira.



Montijo

Conselho Consultivo Municipal

A Câmara do Montijo aprovou a criação de um Conselho Consultivo Municipal.



«Participação, descentralização e responsabilização» é o lema que irá reger este novo órgão, que consubstancia uma vontade antiga de colocar as várias freguesias em contacto com o Executivo municipal para debater e tentar, desta forma, solucionar os problemas do concelho do Montijo.

Penha de França

Órgão de informação

A inauguração de um Espaço Multiusos é a notícia em destaque na edição de Dezembro do órgão de informação da Junta de Freguesia da Penha de França, publicação dirigida pelo camarada João Jofre da Fonseca Costa.

«A Junta de Freguesia da Penha de França inaugurou no dia 9 de Outubro um Espaço Multiusos – situado sob o viaduto da Av. General Roçadas -, que permitirá à autarquia incrementar a oferta cultural à população, através da realização de diversos eventos, como exposições,

conferências e sessões de poesia e canto», lê-se no órgão de informação.



De salientar ainda que fez parte integrante desta edição do boletim um calendário para 2001.

Povoação

Concerto na Matriz

No âmbito do programa da Sagração da Matriz da vila da Povoação, que, durante dois anos, foi submetida a grandes obras de recuperação da estrutura física, de alteração dos espaços litúrgicos e de beneficiação dos altares e outros ornamentos do culto religioso, realizou-se no passado dia 7 um concerto pelo Orfeão Edmundo Machado Oliveira.

Promovido pela Câmara Municipal da Povoação, o concerto realizou-se na Matriz.

Vila Real de S. António

Câmara investe 80 mil contos no desenvolvimento desportivo

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António assinou, na terça-feira, dia 9 de Janeiro, contratos-programa com 18 clubes e associações do concelho, com base no plano de desenvolvimento desportivo da autarquia, que prevê apoios da ordem dos 80 mil contos a distribuir por todas as colectividades.



Recorde-se que desde a adopção da actual estratégia de apoio aos clubes desportivos, o número de projectos de escolas de formação desportiva passou de um (futebol), para seis (mini-andebol, atletismo, basquetebol, ginástica e ténis).

AJUDA

«Voz da Ajuda»

Espaço noticioso, de debate, de reflexão e de informação da actividade partidária local e autárquica, é assim o «Voz da Ajuda», boletim informativo da Secção da Ajuda.

No seu número 3, o camarada Dias Baptista assina um artigo, intitulado «Pela estabilidade», onde faz mais uma vez uma análise lúcida e inteligente de alguns factos da actualidade política.

Hugo Lobo, por sua vez, escreve sobre a «Reforma do sistema eleitoral».

Ficamos à espera de mais números desta folha informativa marcada pela actualidade e qualidade, exemplo paradigmática do trabalho desenvolvido pelos militantes de base, a grande alma deste partido de militantes e de projecto.



GONDOMAR

PS critica desleixo da Câmara

O PS exigiu à Câmara de Gondomar a elaboração de um plano de emergência que ponha cobro ao «estado de completa degradação a que se deixou chegar a rede de estradas municipais».

Em comunicado divulgado no passado dia 3, os socialistas de Gondomar consideram que a situação «atingiu o limite do admissível» e afirmam que provocou já inúmeros acidentes de viação.

Daí que exijam que a verba prevista para a recuperação de ruas no Orçamento e Plano de Actividades para 2001 pela Câmara de Gondomar, liderada pelo PSD, seja disponibilizada de imediato.

Por outro lado, o PS reclama que a autarquia «assuma as suas responsabilidades legais, ressarcindo todos aqueles que tenham sido vítimas de acidentes pessoais ou materiais provocados pelos buracos».

«Se a irresponsabilidade da Câmara persistir, o PS oportunamente tomará as medidas e decisões adequadas à situação», acrescenta o comunicado.

PORTO

Candidatos anunciados em Abril

Os candidatos autárquicos socialistas aos oito municípios do Vale do Sousa e Baixo Tâmega serão anunciados já em Abril, disse o presidente da Federação Distrital do Porto do PS/Porto, Narciso Miranda.

O processo arrancará já no próximo dia 15, quando o PS/Porto reunir para analisar os resultados das presidenciais, marcar a convenção autárquica e constituir um grupo de trabalho para examinar as candidaturas às eleições autárquicas, sendo os oito municípios do Vale do Sousa e Baixo Tâmega os primeiros a ser escolhidos.

«Depois da análise dos resultados das presidenciais, partiremos de imediato de mangas arregaçadas para a preparação do Congresso de Março, simultaneamente, para a batalha das autárquicas», disse o presidente do PS/Porto.

Os oito concelhos do Vale do Sousa e Baixo Tâmega São Amarante, Baião, Marco de Canavezes, Paredes, Paços de Ferreira, Lousada, Felgueiras e Penafiel, devendo os candidatos a estes municípios ser conhecidos em Abril, depois do Congresso do PS.

Quanto aos nomes para as câmaras da Área Metropolitana do Porto, «só em Junho», disse o dirigente socialista.

Narciso Miranda falava à saída de uma reunião da distrital na qual foi efectuado um balanço da campanha presidencial em curso no distrito, que considerou como «muito positivo».

«A campanha mobilizou completamente o PS no Porto, o que consideramos muito positivo, pelo que desejamos que o esforço resulte numa grande participação nas eleições do dia 14», disse.

Acrescentou que «a batalha contra a abstenção é o grande objectivo».

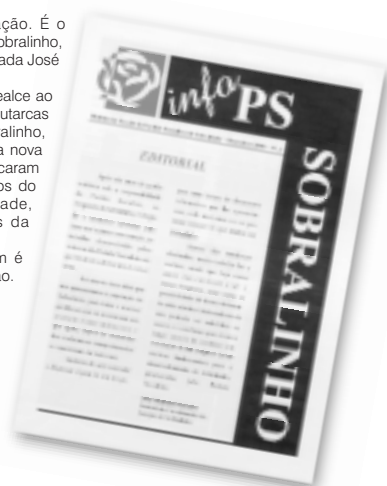
SOBRALINHO

Novo boletim

Nasceu uma nova publicação. É o boletim da Secção do PS/Sobralinho, estrutura dirigida pelo camarada José Manuel Peixoto.

Neste número um, é dado realce ao trabalho desenvolvido pelos autarcas do PS desde 1997 no Sobralinho, que foi responsável por uma nova postura e dinâmica que colocaram esta localidade nos caminhos do progresso e da modernidade, respondendo aos anseios da população.

De salientar que o boletim é distribuído a toda a população.



REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL

20 de Janeiro, 10.30 horas, Hotel Altis, Lisboa

Ordem de trabalhos:

- 1 Apresentação e votação da data e local do XII Congresso Nacional.
- 2 Apresentação, discussão e votação do regulamento para a eleição do secretário-geral e dos delegados ao XII Congresso Nacional.
- 3 Apresentação, discussão e votação do regimento para o XII Congresso Nacional.
- 4 Eleição da Comissão Organizadora do XII Congresso Nacional.
- 5 Análise da situação política.





SER PORTUGUÊS...

O que é ser português, hoje? Tanto para os portugueses que vivem em Portugal como para os que, na diáspora, se encontram dispersos pelos cinco continentes?

Tendo em conta que vivem:

- em época de globalização das economias, da informação e dos conhecimentos;
- uma fase histórica que muitos consideram de «crise de civilização», com a perda dos valores humanistas, a concentração das fortunas, o crescimento inusitado da pobreza, tanto nos países do chamado Terceiro Mundo como nos países ditos desenvolvidos (sociedades dualistas), o consumismo desenfreado, a violência e a apologia permanente da violência, os flagelos da droga e novas epidemias, como a sida, a criminalidade organizada a nível internacional, etc.;

- quando Portugal há quinze anos é membro de pleno direito da União Europeia, um dos dois pólos de maior desenvolvimento mundial, em todos os domínios;

- e a economia portuguesa se encontra num processo acelerado de crescimento e integração no espaço peninsular e europeu, embora com algumas dificuldades recentes: excesso de despesa pública, mal controlada, pressões inflacionistas, perda de competitividade, escasso investimento estrangeiro.

Julgo que, tendo em vista as condicionantes referidas, positivas e negativas, ser português hoje é:

1. ter o sentimento de pertença a uma terra e a uma gente com uma forte identidade cultural e linguística;
2. ter o sentido e o conhecimento do papel de Portugal no mundo, ao longo de uma história excepcional (de quase nove séculos!) e a convicção de que esse papel não está esgotado;
3. participar, conscientemente, no espaço da lusofonia, que é muito mais amplo do que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a qual, infelizmente, tem estado demasiado inactiva e apagada...;
4. ter viva uma memória de Portugal – da terra, dos cheiros, dos gostos (os hábitos alimentares são importantes), do mar, da luz incomparável de certos fins de tarde («nas nossas ruas ao anoitecer...» cantou Cesário Verde), das referências que nos acompanham, das paisagens, das pessoas, das amizades... Tudo isso é ser português – onde quer que se viva. De tal modo que me sinto, sempre senti, definitivamente, português, mesmo e sobretudo quando estive no exílio ou sempre e mais ainda quando estou fora da Pátria. Portugal, para mim, não é nunca foi, «questão que eu tenho comigo próprio», para citar um verso de Alexandre O'Neill. Creio que para a maioria dos portugueses também não. Mesmo quando estava deportado e considerava Portugal «um país de pedras mortas» (António Sérgio) num regresso «ao reino cadaveroso» de que falava Cavaleiro de Oliveira, vi, sempre Portugal como «um país ocupado, a recuperar», como escrevi no *Portugal Amordaçado* (1972). Nunca um país eminho – de novo O'Neill – «Nunha pais que nunca se desdiz». Quando muito, foi como escreveu magoadamente Carlos de Oliveira, «Terra

pátria, mãe pobre de gente pobre». Mas hoje, felizmente, é-o cada vez menos.

A geração dos 70 – que tanto nos influenciou e influencia – manteve uma questão com Portugal, sobre a qual sempre se interrogou, com mais ou menos lucidez e angústia. Daí e sua descrença. Portugal para alguns, em comparação com a França do tempo, era a «choldra», a «piolheira» (como lhe chamava D. Carlos).

Paradoxalmente, quando Portugal ressurgiu em África, com a ocupação efectiva de territórios nas duas costas – esforço extraordinário –, Eça, na linha de Antero e de Oliveira Martins, terminava o seu primeiro grande romance, *O Crime do Padre Amaro*, evocando «o épico, no seu pedestal, sob o frio olhar de bronze, cercado dos cronistas e dos poetas heróicos da antiga pátria», acrescentando, «pátria para sempre passada, memória quase perdida!». Palavras desalentadas! Guerra Junqueiro, com mais razão, porque escreveu depois da humilhação do Ultimatum inglês (1890), no *Balanço Patriótico*, fala de «um povo imbecilizado e resignado, humilde e macambúzio, fatalista e sonâmbulo, burro de carga, besta de nora, aguentando pauladas, sacos de vergonhas, feixes de misérias, sem uma rebelião...».

Tedfilo Braga, pelo contrário, procurou reagir ao pessimismo envolvente por via do «republicanismo», que soube recolocar na linha mais afirmativa da nossa história: «heróis do mar, nobre povo, nação valente e imortal», como se canta nas estrofes de *A Portuguesa*. A I República constituiu uma reacção nacional viril, mas foi, infelizmente, efémera. Nos anos finais, foi uma «república de epígonos». Engendrou a ditadura... lição a não esquecer! Muito mais próximos de nós, ultrapasados os desvios nacionalistas incongruentes do chamado Estado Novo, a seguir à *Revolução dos Cravos*, Eduardo Lourenço num lucido ensaio, *Labirinto da Saudade*, escreveu em 1978: «A nossa razão de ser e a razão de toda a esperança é termos sido.» Talvez, mas não só. Hoje, somos. Somos no presente e não temos mais a obsessão do passado. Embora, obviamente, não o devamos ignorar. Por mais sombras que surjam, temos razões próprias, actuais, para alimentar confiança no futuro, a médio e a longo prazo, mas mais do que ter confiança, o que importa é ter a determinação e a inteligência das coisas para saber construir o futuro que ambicionamos. Nesse sentido, ser português é também um combate persistente – que começa dentro de nós – pela afirmação de Portugal.

Sofremos quarenta e oito anos de interminável ditadura, obsoleta e obscurantista, que nos deixaram marcas dificilmente apagáveis. Treze anos de guerras coloniais provocaram traumas e puseram-nos à margem do progresso europeu e da ordem política internacional, criada no pós-guerra. Ficámos isolados e alguns de nós «exilados no próprio país» ou no estrangeiro, como disse o primeiro Prémio Nobel português, Egas Moniz.

Vivemos, depois, a alegria inesquecível da Revolução dos Cravos. E, a seguir, uma «transição perturbada» pelo desvario totalitário, com o memetismo do MFA como se fora um «movimento de libertação», a descolocação possível (depois de treze anos de guerra) e o

regresso traumático de cerca de oitocentos mil «retornados»...

E então? Superámos tudo isso, mantendo as liberdades recuperadas, a democracia pluralista que aos poucos fomos institucionalizando, e sempre a paz e o convívio cívico entre portugueses, no respeito mútuo, independentemente das suas opiniões e crenças. Não é pequena coisa! Influenciámos, decisivamente, a «transição pactuada» espanhola e as diferentes transições democráticas ibero-americanas. Integramo-nos na CEE, hoje União Europeia. E resistimos bem, ao contrário de algumas previsões pessimistas, ao chamado «choque europeu». Fomos – e talvez sejamos ainda – uma «história de sucesso», um *case study* (cito o conhecido historiador americano Samuel Huntington). Amplamente reconhecido e estudado no plano internacional.

Hoje estamos noutra fase. Passaram 26 anos! 1989 terá sido talvez o ano de viragem do século, o início do novo milénio. Com o colapso histórico irremediável do mundo comunista, avulta a hegemonização de uma só hiperpotência, os Estados Unidos. A globalização das economias, da informação e dos conhecimentos é um dado indiscutível, com aspectos altamente positivos e alguns negativos. Como a revolução tecnológica, informática e biotécnica. Tudo mudou! Mas há que saber conservar os valores éticos. É fácil prever que tudo continuará a mudar, aceleradamente.

Portugal também. Contudo – atenção –, os portugueses não estão excluídos do «mundo novo» em gestação: bom ou mau conforme o soubermos construir. Mas os portugueses não estão à margem, excluídos, como no passado. Pertencem, repito, a um dos pólos de maior desenvolvimento mundial, por onde quase tudo passa e repercute – a União Europeia. Os horizontes de progresso não estão bloqueados.

É certo que a Europa é hoje – transitariamente, espero – um problema. Nice, no que se refere ao projecto europeu, foi um retrocesso. Mas o que é a vida senão a permanente superação de problemas? Temos nós portugueses uma política coerente em relação à construção europeia e a coragem de a propor e de nos fazer ouvir. Porque hoje não há «pequenos países». Os chamados «grandes» países europeus são uma ficção à escala planetária. É por isso que a União é necessária, para todos.

Assim, não me parece razoável que tenhamos complexos de inferioridade quanto à Europa nem quanto à nossa vizinha Espanha. Não devemos ter medo do escuro, ou seja: da incerteza dos tempos que aí vêm. Os desafios enfrentam-se e, quando há coragem e se sabe o que se quer, encontra-se sempre forma de lhes dar a volta e resolver. Temos algum atraso em relação à média europeia? Estamos um pouco abaixo da Espanha em termos económicos? É verdade! Mas não nos deixemos desencorajar por isso... Temos vantagens que não são displicentes: a unidade do nosso Estado-Nação; o universalismo da nossa maneira de estar; a imagem de que beneficiamos no mundo; aquilo de que sempre fomos capazes quando tivemos a coragem de ousar...

Precisamos de debater o caminho do futuro, serenamente, sem estarmos sempre obcecados pelo imediato. Afastemos, nesta quadra, a política do quotidiano – que é do domínio da conjuntura – e reflitamos sobre Portugal, a médio e longo prazo com objectividade. Que caminho seguir na Europa, em África e no mundo?

Como mobilizar melhor as energias dispersas e utilizar os recursos disponíveis?

A sociedade civil, em alguns domínios, é hoje pujante, exigente, imaginativa. Nas artes, nas letras, na ciência, na música, no cinema, na investigação, na moda, no desporto... Surgem queixas aqui e ali, é certo, mas avança-se incontestavelmente. O Estado carece de ser defendido e reformado – mas não desmantelado. O serviço público deve ser reabilitado. As universidades, com frequência, são pólos de desenvolvimento e começam a estar articuladas com as empresas, cujo dinamismo, em bastantes casos, é evidente. Uma maior informação e preparação dos quadros técnicos, profissionais e científicos é também uma realidade. As novas gerações – em relação às anteriores – são muito mais exigentes e ambiciosas, exprimem-se incomparavelmente melhor, estão mais familiarizadas com o que se passa lá fora, viajam, conhecem, estão ao corrente, recorrem regularmente à Internet, estão empenhadas em descobrir os caminhos do futuro. Além disso, têm um sentimento de maior responsabilização por Portugal, a liberdade – em que sempre viveram – afigura-se-lhes um dado adquirido para sempre e talvez por isso, cada vez menos se sintam atraídos pela política. É pena! Mas isso pode mudar, se fomos capazes de lhes dar motivos convincentes para participarem na vida Res Publica. Eis um dos pontos de reflexão possível...

Sei que muitos não concordarão comigo. Estão irritados, descrentes. Não creio, no entanto, ter traçado um quadro demasiado optimista. Não desconheço as manchas de pobreza, de illiteracia, de subdesenvolvimento que ainda tanto nos afligem. O desleixo, o indiferentismo, o descontentamento, mesmo a indignação que alimentam certos sectores da sociedade portuguesa. «A maledicência – mas às vezes não é só maledicência, reconheço – é uma velha pecha nacional, hoje alimentada pelas intrigas da política e da comunicação social, preocupadas com a ditadura das sondagens (os políticos), das audiências (as televisões) e das tiragens (os jornais)».

É verdade que não podemos ser autistas. Devemos ser lúcidos! Saibamos, contudo, sacudir, com realismo, as razões de descrença. Há demasiadas nestes tempos baços de fim de século. Mas é necessário reagir. Antes de atirarmos as culpas para o Estado, para o Governo, para os partidos ou, simplesmente, para os outros, pensemos, cada um de nós, no que podemos fazer para melhorar a Pátria que nos é comum. Encaremos o futuro, com vontade de o tornar melhor, colectivamente. Cada um no seu domínio, procuremos agir a nível da sociedade. Porque se a política continuar omissa em nos indicar o caminho (como dizia De Gaulle da intendência) a sociedade seguirá necessariamente...

In «Diário de Notícias»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Exposição em Albufeira

Heitor Pais é o novo talento artístico que a Galeria Municipal apresenta, a partir deste sábado, dia 13, com a exposição «Bright Colors and Blue». A mostra poderá ser visitada até ao próximo dia 3 de Fevereiro.

Fotografias em Coimbra

Hoje, a partir das 18 horas, a Casa Municipal da Cultura será palco de uma conferência subordinada ao tema «A crise das novas gerações na formação do Estado Novo», que contará com a participação de Luís Reis Torgal.

Assista, na próxima quarta-feira, dia 17, às 18 e 30, na Casa da Cultura, ao lançamento do livro «Fotografia de Miguel Torga», uma obra assinada por Clara Rocha e editada pelas Publicações D. Quixote.

A Sala da Cidade da Casa da Cultura alberga, até ao dia 4 de Fevereiro, a exposição «Dias de Coimbra». A mostra inclui fotografias de Dinis Alves e Costa Pinto que perpetuam aspectos quotidianos da cidade, entre os quais o trabalho, o remanso, a folia, a dor e o amor.

Cantares em Fafe

Tal como no ano passado, realizam-se amanhã os cantares de Reis dedicados ao presidente da autarquia, o camarada José Ribeiro, pelas escolas do primeiro ciclo do ensino básico e jardins de infância do concelho.

Os cantares iniciam-se pelas 10 horas, no Pavilhão Municipal, prolongando-se até ao meio-dia.

Até ao fim do mês, encontra-se patente ao público, na Biblioteca Municipal, a mostra bibliográfica itinerante «José Régio e os mundos em que viveu»

Fantoches em Guimarães

Hoje, às 21 e 45, o Auditório da

Universidade do Minho exhibe a película de George Cukor, «Casamento Escandaloso». A partir de amanhã e até ao dia 18 poderá ver, no Cinema São Mamede «Limite Vertical», um filme realizado por Martin Campbell.

Também amanhã poderá levar os seus filhos ou netos à Biblioteca Municipal Raúl Brandão para mais uma «Hora do Conto», às 10 e 30, desta feita com a obra de Eugénio de Andrade, «Histórias de Égua Branca».

Na quarta-feira, dia 17, às 10 e 30, haverá teatro de fantoches neste mesmo espaço cultural. Trata-se da encenação de «João e Guida», de Ilse Losa.

Marionetas em Lisboa

Hoje, pelas 15 horas, começa o ciclo de conferências «Jovens do Milénio», promovido pela Delegação Regional de Lisboa do IPJ (Rua de Moscavide).

Nesta ocasião falar-se-á de «Aborto e Eutanásia», dois temas polémicos que inquietam a nossa juventude.

Amanhã as salas de espectáculos lisboetas estreiam as películas «A raiz do coração», de Paulo Rocha; e «Limite Vertical», de Martin Campbell.

A partir de sábado, dia 13, e até ao dia 28, a Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém acolhe um espectáculo de marionetas sem palavras com duração de 60 minutos mágicos. Trata-se de «A Cabana», uma peça a cargo do Tof Théâtre (Bélgica).

«As Mulheres de Gil Vicente» é a peça que está a ser apresentada, na Casa da Comédia, a partir de textos de Gil Vicente e com encenação de Filipe Crawford. Para assistir, às quintas-feiras, às 21 horas, e aos sábados, pelas 17 horas.

Artes na Lousã

Amanhã, às 21 e 30, o Cine-Teatro exhibe o filme de animação para crianças maiores de quatro anos «Dinossauro».

A mostra colectiva de escultura e fotografia de Liz, Sophie e José Manuel Prata será

inaugurada, no sábado, dia 13, na sala de exposições temporárias do Museu Municipal Álvaro Viana de Lemos. A exibição permanecerá patente ao público até ao próximo dia 9 de Fevereiro.

Cinema em Paredes de Coura

«Uma Mão-Cheia de Surpresa», de Alfonso Arau, com Woody Allen, Sharon Stone e David Schwimmer, é a longa-metragem a ver na sala de cinema local, no sábado, às 21 e 30, ou no domingo, às 15 horas e 21 e 30.

Até ao dia 18 de Fevereiro encontram-se expostos, no Centro Cultural, os presépios construídos pelas escolas do concelho. A mostra intitula-se «Natividade 2000».

Torneio em Rio Maior

No próximo sábado, dia 13, poderá assistir ao Torneio de Pista de Inverno, um evento que promete cativar.

Pintura em Valença

O pintor António Pessoa tem patente ao público, até meados deste mês, na Sala de Exposições Municipal, uma mostra de pintura intitulada «Desenhos Puros».

Dança em Vila Real de Santo António

Os Serviços Culturais da autarquia local apresentam, amanhã, sexta-feira 12, às 22 horas, no Centro Cultural António Aleixo, um espectáculo de danças coreografadas e interpretadas por João Fiadeiro.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Cinematografia

Cego, o comboio corre léguas,
Com furioso e soturno martelar:
Dum cavaleiro medievo,
Que só sabe vencer,
Lembra-me o galopar...

Tem pressa de levar-me
À Cidade do Prazer.

Lá fora, os véus do luar ondulam
Sobre os prados;
Passam tapetes imensos,
Amarelos e arroxeados,
Que parecem suspensos...

Chego, e o meu desejo se persuade
Do coquetismo da cidade.

Há ruas longas, lisas como braços,
Com vestidos de mosaicos,
Onde mulheres de perfil lendário,
E olhos arcaicos,
Se cruzam como peixes
num aquário...

Quando esta perspectiva
No meu País dos Sonhos
se alongava,
Já o Tédio, a meu lado,
O sangue me gelava:

Como ele vinha disfarçado!

Eis meu corpo, filhas das Luxúrias,
Tratai-o qual inimigo
Não esqueçais que o saber
E a lentidão dum ritual antigo
São a chave do prazer...

Alexandre de Aragão
In «Presença»

SUGESTÃO

PORTO 2001

Dois concertos de música clássica, um ciclo de interpretação de obras do compositor Pedro do Porto, um espectáculo de dança de Bill T. Jones e duas exposições assinalam a abertura do Porto Capital Europeia da Cultura.

O ponto alto será dia 13, dia de inauguração oficial do Porto 2001, para o qual foi reservada a estreia mundial da peça de música e cinema «Mãos na pedra, olhos no céu».

O concerto inaugural decorre no Coliseu, na presença de inúmeros convidados, entre os quais o Presidente da República, Jorge Sampaio, e a rainha Beatriz da Holanda, pais da cidade que partilha com o Porto o título de Capital Europeia da Cultura em 2001, Roterdão. A Orquestra Nacional do Porto, dirigida pelo maestro Marc Tardue, vai interpretar também nesse concerto várias árias de ópera, com a voz da soprano Elisabete Matos, terminando o espectáculo em apoteose com a famosa «Abertura 1812 opus 49», de Tchaikovski.

O dia da inauguração do Porto 2001 vai incluir ainda música para um público diferente, com as actuações de Pedro Abrunhosa e dos Orbital, no Pavilhão Rosa Mota. Ainda no dia 13, será inaugurada, no Museu de Arte Contemporânea de Serralves, a exposição «In The Rough», imagens da natureza através dos tempos na colecção do Museu Boijmans van Beuningen, de Roterdão.

Incluída no mesmo ciclo «Sobre, em Volta, Dentro da Paisagem», vai estar patente também no Museu de Serralves a partir do dia 13 uma mostra de arte, arquitectura e cultura popular do norte-americano Dan Graham.

O primeiro grande evento de dança será a apresentação, hoje e amanhã, do espectáculo «You Walk?», de Bill T. Jones, com a Arnie Zane Dance Company e em que participará a cantora Mísia.

Magnetic Fields
«69 Love Songs»
Centro Cultural de Belém, 12 de Janeiro
Grande Auditório
I Parte – Rádio Macau

Bailado
 O Lago dos Cisnes
de Tchaikovski
Russian Theatre Ballet
Dias 11 e 12 – 21h30
Dia 13 – 16h30 e 21h30
Dia 14 – 16h30
Coliseu dos Recreios
Lisboa



AS ELEIÇÕES EM CABO VERDE

1 O PAICV pode ter a vitória ao seu alcance nas eleições legislativas de 14 de Janeiro, o que poria fim a uma década de governo do MPD, formado por dissidentes do PAICV e que tem levado a cabo uma política de liberalização económica. Neste contexto, as críticas do PAICV assentam bastante na ausência de políticas sociais justas, com menos peso nomeadamente do sistema de saúde e de um acrescido controlo da comunicação social estatal, para além de críticas fundadas nas áreas da chamada economia real.

2.- Portugal tem um extremo interesse no progresso de Cabo Verde. Não só por razões de solidariedade social e política, como por tal ser também vantajoso para as comunidades cabo-verdianas residentes em Portugal. Por outro lado, o Acordo Monetário e Cambial que António Guterres e Sousa Franco subscreveram com a República de Cabo Verde, cria-nos especiais responsabilidades já que de certa forma as Finanças portuguesas e o Banco de Portugal funcionam como interface com a zona euro e o Sistema Europeu de Bancos Centrais. Para um Estado que procura contrabalançar o desequilíbrio da balança comercial em boa parte com remessas de emigrantes e financiamentos internacionais, a associação

a uma zona como a do euro pode ser fundamental. De mencionar ainda os fortes investimentos portugueses nos sectores financeiro, energético, das telecomunicações, do abastecimento de água e no saneamento, bem como a presença significativa no turismo.

3.- As previsões de resultados eleitorais ganharam um novo «suspense», alicerçado também no progresso claro do PAICV nas recentes autárquicas nas quais alcançou, no plano nacional, mais 5000 votos que o MPD num conjunto de mais de 250 mil votos expressos, tendo conquistado várias Câmaras, nomeadamente a da Praia ganha por Felisberto Vieira e a de Santa Catarina, ganha por José Maria Neves (candidato do PAICV a primeiro-ministro).

Por outro lado, a substituição como primeiro-ministro de Carlos Veiga, actual candidato presidencial apoiado pelo MPD (que se bate contra o histórico dirigente cabo-verdiano Pedro Pires, apoiado pelo PAICV) por Gualberto do Rosário abriu espaço a dissidências no MPD e talvez tenha ajudado a abrir caminho a terceiras forças. Neste contexto, o antigo presidente da Câmara da Cidade da Praia procura abrir caminho para a Presidência, com uma candidatura votada ao fracasso.

4.- No seu conjunto, embora ninguém acredite

na vitória dos seus candidatos nas presidenciais, outros partidos concorrentes às legislativas podem desta vez obter uma representação na Assembleia Nacional superior à do único deputado que nas eleições anteriores furou o bipartidarismo MPD-PAICV. A aliança liderada por Onésimo da Silveira aposta no prestígio do antigo presidente da Câmara do Mindelo e procura eleger um bloco parlamentar que potencie a própria candidatura de Onésimo à Presidência da República.

5.- A democracia cabo-verdiana consolida-se. A perspectiva de alternância é clara, como o foi há dez anos (em sentido contrário). E teria obviamente um especial significado para Cabo Verde e para Portugal que um partido-movimento de libertação (ramo cabo-verdiano), hoje membro da Internacional Socialista, reassumisse democraticamente o poder, como o perdeu nas urnas, há uma década. E alteraria parcialmente o quadro para o embate presidencial de Fevereiro, embora saibamos que neste tipo de eleição as personalidades em jogo contam muito. Estarão em confronto as personalidades, o carisma, o percurso histórico e a imagem de Pedro Pires e de Carlos Veiga, sem nos esquecermos da votação que Onésimo poderá obter.

«Por este andar, Subtil acaba gravando um CD e a dar autógrafos. A miséria a que chegámos, com cada vez mais gente adormecida, incapaz de votar mas diz que teria feito o que ele fez, incapaz de protestar e mobilizar-se, mas disposta a passar horas a olhar o palácio da TV à espera de aplaudir o último a sair da casinha»

Moita Flores

Diário de Notícias, 8 de Janeiro

«(Subtil) tornou-se famoso por estar fechado numa latrina. Não admira. É exactamente a única coisa que é necessário fazer para hoje se ser famoso em Portugal»

Idem, ibidem

«Se não fizesse o que faço, a única profissão que gostaria de ter era ser guarda prisional numa cadeia de mulheres»

Woody Allen

Expresso-Vidas, 6 de Janeiro


«Fui bastante ambicioso naquilo que sonhei. Sempre quis realizar filmes, escrever comédias e ser músico de jazz. Não me posso queixar»

Idem, ibidem

«As organizações sindicais, com o seu constante e persistente trabalho junto do poder político, são cada vez mais fundamentais para a satisfação dos anseios dos trabalhadores e para a resolução dos seus conflitos»

Custódia Fernandes

Notícias Síntese



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Pardigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

